

Sobre migrações para a América Portuguesa: o caso do Rio de Janeiro, com especial referência aos açorianos (1786-1844)

CARLOS A. M. LIMA*

Resumo: Trata-se de aspectos das migrações internas, portuguesa e açoriana, para o Rio de Janeiro no período 1786-1844 a partir de diversas séries documentais, como registros paroquiais de batismo e de casamento, inventários *post mortem* e passaportes. Identifica-se uma forte propensão a migrar presente no conjunto do Império Luso, intensificada pelas condições próprias à América Portuguesa.

Abstract: This article deals with aspects of the process of immigration to Rio de Janeiro between 1786 and 1844. Its sources are parish registers, inventories and passports. Migration played a very important role in the Portuguese Empire, and this tendency was intensified in Colonial and Imperial Brazil.

Palavras-chave: Migração. Família. Economia e sociedade.

Key words: Migration. Family. Economy and society.

Estudos recentes chamam a atenção para a importância das migrações na América Portuguesa (Faria, 1994; Castro, 1995). Isso torna necessário reavaliar o impacto e o volume da imigração de reinóis e ilhéus, para além de levar a indagar sobre a intensidade e a importância das migrações internas. Basicamente, deve-se ter em vista um acesso relativamente aberto a fatores produtivos. Nessa circunstância, aportes de população significavam a possibilidade de formação de estabelecimentos autônomos, instituindo unidades fundamentadas em apropriação extensiva dos recursos naturais, o que significava baixo

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Doutor em História Social pelo IFCS/UFRJ. E.mail: carlima@matrix.com.br

rendimento de cada unidade destes últimos, mas também alta produtividade do trabalho neles exercido.¹

Outra fonte de movimentação radicava na organização do comércio, que recorria quase necessariamente à formação de redes e de laços pessoais entre parceiros no jogo mercantil (Villar, 1982, t. III, p. 9-10; Fragoso e Florentino, 1993; Florentino, 1997; Boxer, 1973, p. 19-22; Salvador, 1981, p. 87; Santos, 1994). Estes elementos configuravam-se em cada área receptora de imigrantes, incluindo-se aí a cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, se a fronteira agrária atraía os recursos dos muito abastados, na direção do estabelecimento de áreas novas extremamente mercantilizadas (Fragoso, 1992) - outra raiz importante de processos migratórios -, regiões igualmente em processo de abertura, mas sem as mesmas possibilidades de vinculação à produção para o mercado (quer interno, quer externo), eram muito aptas atrair camponeses pobres em busca de terras. São de se observar ainda as circunstâncias que levavam a fronteira a estar continuamente em avanço. Para tanto, a historiografia pertinente formulou um modelo que postula um caráter racional para a atividade extensiva. Um ambiente de forte disponibilidade de fatores produtivos - terra abundante; trabalho potencialmente caro (dada a disponibilidade da terra), mas de fato tornado barato pela abundância e a elasticidade da oferta africana de escravos; e caráter plenamente acessível de condições de reprodução (pois esta passava pelo consumo de alimentos produzidos mediante os condicionamentos expostos logo acima para a obtenção de terra e de trabalho) - tornava inócuas as técnicas agrárias européias - poupadoras do fator terra - e produzia uma configuração que se expandia por incorporação contínua e crescente de terras e homens, ou seja, mediante avanços constantes território adentro (Fragoso e Florentino, 1993, Fragoso, 1986).

Acresçam-se ainda as próprias brechas de mobilidade social apresentadas pela sociedade. Elas, embora evidentemente

¹ Sobre isto, em sentido amplo, vide Boserup (1987); mas também uma análise do caso brasileiro em Fragoso (1986) e, para um exemplo tirado de outra configuração, Galenson, 1981.

limitadas, abriam caminho ao estabelecimento de estratégias ligadas à movimentação. Alforrias, por exemplo, ao dissolver amarras institucionais, parecem ter posto em movimento aqueles que delas se livravam.² Há ainda indícios na direção de a reprodução de domicílios ter passado por momentos de dispersão e proliferação. Este modelo é plausível em relação ao Rio de Janeiro no final do século XVIII e no início do seguinte. Os domicílios locais tendiam a multiplicar-se em número e a diminuir em tamanho nos intervalos de retração econômica. Nas épocas de expansão das atividades, inversamente, seu número se reduzia e a quantidade de pessoas neles presentes aumentava (Lima, 1997a, p. 198-210). Os momentos de redução das dimensões dos grupos domésticos, assim, deviam levar a estímulos consideráveis na direção das migrações.

Por outro lado, havia fatores de expulsão operando um pouco por toda parte. Nas Ilhas Atlânticas, problemas mesmo de viabilidade das unidades camponesas (Piazza, 1992). Em Portugal Continental, sobretudo no Norte, estrangulamentos na oferta de terras, para além de mecanismos de sucessão que tendiam a impulsionar à migração membros desprivilegiados de famílias camponesas (Serrão, 1982; Brettell, 1988; Chacon Jimenez e outros, 1986; Iturra, 1989; Livi-Bacci, 1971; Osswald, 1990; Ramos, 1993; Rowland, 1989; Willems, 1962). Tais esquemas familiares de expulsão de migrantes tendiam a reproduzir-se na América Portuguesa não somente através de heranças culturais, mas também por intermédio da própria presença de reinóis.

Vale dizer que cada área valorizada economicamente estava sujeita a forte chegada de imigrantes, normalmente do sexo masculino. Infere-se que os mercados matrimoniais locais deviam estar intensamente pressionados, produzindo-se escassez relativa de mulheres, e portanto propensão à emigração e à remigração de homens, migrações e remigrações estas bastante afins à busca do estabelecimento agrário.

De outra parte, as circunstâncias econômicas, especialmente na América Portuguesa, eram de molde a engendrar

² Veja-se a análise de Russell-Wood (1982, p. 54) sobre pequeno comércio e movimentação geográfica de libertos.

uma espécie de cálculo voltado à não-especialização. Numa situação de "mercado restrito" (Kula, s. d.), em que trânsitos entre âmbitos internos e externos ao mercado eram essenciais para a atividade econômica eficaz, em que vigoravam monopólios, especulação e flutuações muito bruscas, as unidades viam-se como que induzidas a diversificar suas atividades, o que por sua vez também criava laços e trajetos entre regiões diversas.

Processos de sucessão, sempre precisando lidar de um modo ou de outro com o caráter igualitário imposto às partilhas pela legislação vigente, constituíam outra fonte de impulsos migratórios, por terem sido marcados por tentativas de burlar as restrições ao privilegiamento de herdeiros, levando eventuais desprivilegiados à fronteira agrária (Nazzari, 1991). Além disso, nos casos em que as partilhas não podiam ter outra forma que o igualitarismo, elas tendiam a desarticular negócios orgânicos, transformando ativos de diversas naturezas em recursos friáveis e mobilizáveis, basicamente dinheiro e parcelas de bens imóveis aptos a serem manejadas apenas a título de rentismo (Lima, 1997a, p. 357ss). Isto levava a mais diversificação de atividades e a mais migração. No âmbito das práticas costumeiras, o casamento encontrava-se fortemente ligado ao estabelecimento autônomo, deste modo também sujeito a forte enraizamento na movimentação (Lima, 1997a, parte I).

O caso da cidade do Rio de Janeiro é estratégico para avaliar estes processos em relação à América Portuguesa. Uma de suas paróquias, a de São José, aqui estudada, recebia intensamente imigrantes provenientes de diversas partes, mas marcadamente de Portugal Continental e das Ilhas Atlânticas.³

Os registros de batismo apresentam informação de enorme interesse a respeito. Nestes, é freqüente não apenas a indicação dos locais de nascimento dos pais dos batizados, como também a dos avós dos mesmos. Assim, confrontar o lo-

³ Entre 1790 e 1844, realizaram-se 4.035 matrimônios de livres e libertos na paróquia de São José. Dentre os 4.035 homens, apenas para 1.099, ou pouco mais de um quarto, há provas de que nasceram nas paróquias propriamente urbanas da cidade. O número correspondente às mulheres foi de 1.988. Cf. Lima (1997a, p. 544).

cal de batismo de cada pai ou mãe com o de seus progenitores pode indicar as procedências dos que se casavam e o local onde tinham filhos.⁴ Isto permite uma entrada na questão das práticas de residência vigentes nas regiões nas quais aqueles nasceram. Verificamos assim o quanto vigiam entre os avós dos batizando em São José as seguintes possibilidades:

Se tinham seus respectivos filhos nas paróquias em que ambos haviam nascido;

Se eram provenientes de paróquias diferentes e tinham filhos na freguesia onde nascera o marido;

Se eram provenientes de paróquias diferentes e tinham filhos na freguesia onde nascera a esposa;

Se provinham de uma mesma paróquia e tinham filhos em freguesia diversa daquela na qual ambos haviam nascido;

Ou se, finalmente, provinham de freguesias diferentes e geravam rebentos em paróquias diferentes daquelas nas quais ambos haviam sido gerados.

Trata-se tão somente de *aproximações* às práticas de residência, pois não se deve descartar em nenhum dos casos a hipótese das famílias de origem dos cônjuges terem migrado antes que estes se unissem e gerassem rebentos. Por outro lado, neolocalidade, virilocalidade e uxorilocalidade podiam verificar-se no interior de uma mesma paróquia. A precaução decisiva prende-se a que tratamos aqui de locais de nascimento, e não de locais de residência anteriores ao casamento. Mesmo assim, conclusões podem ser tiradas. O objetivo é confrontar práticas portuguesas que podem ser entrevistas através dos registros de batismo com as vigentes na América Portuguesa, verificando se elas se modificavam, e em que sentido (vide Tabela 1).

Deve-se considerar as diferentes regiões portuguesas de procedência. Escreve-se freqüentemente a respeito das regiões Centro-Sul do Reino como marcadas pela "família simples neolocal", ao passo que as partes nortistas do mesmo são descritas como dominadas pelos "domicílios múltiplos", ou pela família-tronco (Douglass, 1988; Ramos, 1993; Osswald, 1990; Rowland,

⁴ Note-se não se tratar de aplicar o procedimento aos casos dos pais dos batizando, pois já se sabe que tiveram seus filhos na paróquia de São José.

1989). Definem-se assim três grandes regiões de origem dos imigrantes reinóis: o Norte, as Beiras e o Centro-Sul.⁵ Procede-se então a uma aproximação às práticas de residência, ressaltando que a exigüidade de dados leva a nada concluir a respeito das Beiras.

Tabela 1: Imigrantes provenientes de Portugal Continental, das Ilhas Atlânticas e da América Portuguesa que batizaram filhos na paróquia de São José em 1786, 1790, 1795, 1804-1808 e 1810. Aproximação às práticas de residência vigentes entre seus pais, em Portugal, segundo as três grandes regiões de procedência

Portugal Continental						
	Norte		Beiras		Centro-Sul	
	nº de casos	% sobre o total	nº. de casos	% sobre o total	nº de casos	% sobre o total
A	56	49,6	7	-	28	24,1
B	14	12,4	1	-	6	5,2
C	21	18,6	1	-	22	19,0
D	6	5,3	-	-	10	8,6
E	16	14,1	2	-	50	43,1
total	113	100,0	11	-	116	100,0
Ilhas Atlânticas						
	nº. de casos		% sobre o total			
A	83		70,3			
B	12		10,2			
C	14		11,9			
D	6		5,1			
E	3		2,5			
total	118		100,0			
América Portuguesa						
A	97		28,5			
B	62		18,2			
C	80		23,6			
D	33		9,7			
E	68		20,0			
total	340		100,0			

⁵ Incluímos os dados relativos a Coimbra e às áreas a ela ligadas no Centro-Sul. As Beiras são encaradas pela bibliografia pertinente como região de transição entre Norte e Sul. A localização meridional de Coimbra no interior daquela região fez com que fosse útil tratá-la em conjunto com o Centro-Sul.

A - pais nascidos em uma única paróquia e tendo filhos na mesma

B - pais nascidos em paróquias diferentes e tendo filhos naquela onde nascera o pai

C - pais nascidos em paróquias diferentes e tendo filhos naquela onde nascera a mãe

D - pais nascidos em uma única paróquia e tendo filhos em outra diferente

E - pais nascidos em paróquias diferentes e tendo filhos em outras ainda

Fontes: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - Livros de Assentos de Batismos das Pessoas Livres, paróquia de São José, 1786-1810.

As famílias do Norte eram muito mais estáveis que as do Sul. Nas partes setentrionais de Portugal, muitos tiveram filhos nos locais onde eles próprios haviam nascido. Por outro lado, se cerca de um quinto dos imigrantes do Norte de Portugal provinha de casamentos aparentemente neolocais (tipos D e E da Tabela), a proporção correspondente aos do Centro-Sul do Reino alcançava mais da metade. Vale dizer que a família tronco e as dificuldades de estabelecimento de filhos segundos produziam os imigrantes provenientes do Norte, ao passo que a neolocalidade vigente no Centro-Sul engendrava os emigrantes da região. Por fim, uma tendência uxorilocal manifestava-se de modo semelhante em ambas as áreas, o que se reveste de grande importância, pois atuou como herança a ser revitalizada e readaptada na América Portuguesa.

A vigência da família-tronco, sugerida pelos dados sobre estabilidade maior das famílias do Norte do Reino, é sempre tida por polêmica, em função das observações de Laslett.⁶ Como o objeto deste trabalho não é Portugal, pode-se deixar a polêmica de lado e enfatizar apenas a estabilidade. Mas é de se notar que mesmo regras de residência privilegiadoras desta última podiam dar origem a migrações, como ensina a bibliografia relativa a Portugal (Ramos, 1993).

⁶ Vide Laslett (1972) e críticas em Berkner (1972).

Primeiramente, há o fato óbvio de que mesmo os rebentos destas práticas, nas quais a reprodução familiar se efetivava internamente à aldeia, migraram (é nessa condição de migrantes que os encontramos) e se uniram de modo neo ou uxorilocal no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, mesmo um sistema que enfatiza a estabilidade, quando acoplado a dificuldades econômicas e estrangulamento na oferta de fatores, produz, na região supostamente estável, movimentação entre paróquias. O Centro-Sul luso, por outro lado, foi radicalmente montado sobre práticas que ligavam formação de famílias e migração, em Portugal. A tabela ensina, além disso, que o sistema enfatizava justamente a prática de maior tendência ao movimento, ou seja, aquela em que pai, mãe e filho nasceram em paróquias diferentes.

Por fim, é de se enfatizar que, tanto no Norte como no Sul do Reino, e excluindo os casos de estabilidade e de mobilidade absoluta, sempre a maior porcentagem coube às uniões aparentemente uxorilocais. Homens, então, tendiam a migrar em busca de casamento em proporções consideráveis.

Atentando agora para os imigrantes provenientes das Ilhas Atlânticas que batizaram filhos em São José, vê-se que as uniões eram geograficamente mais estáveis nas Ilhas que no Continente, ao menos aquelas uniões nas quais nasceram os migrantes para o Rio de Janeiro. Foi diminuta a participação das uniões virilocais, uxorilocais e neolocalis, embora as duas primeiras tenham correspondido a cerca de um quinto das observações.

É decisivo notar, no entanto, que as tendências à movimentação dos indivíduos anteriormente a seus casamentos se ampliaram, em se tratando da América Portuguesa. Notável como, em relação aos nascidos no Brasil, a participação dos que se casaram com mulheres provenientes de paróquias diferentes das suas ultrapassou a metade dos casos. Além disso, a presença de uniões aparentemente uxorilocais e virilocais aproximou-se do padrão do Norte de Portugal, onde vigiam práticas de família-tronco, apta a fazer migrar uma parte da prole. Isto é extremamente sugestivo, pois, quanto à (muito baixa) presença de casais que tinham filhos onde haviam nascido, o padrão vigente aproximava-se mais daquele do Centro-Sul de Portugal,

de forte neolocalidade. A experiência da América Portuguesa como que intensificou todos os tipos de tendência migratória presentes nos diversos padrões regionais portugueses. Em outros termos, vigia uma composição dos sistemas do Norte e do Centro-Sul, selecionando e radicalizando o que se baseasse na movimentação.

Ao mostrarem intensa articulação entre migração e casamento, os dados terminam por sugerir que a movimentação teve forte propensão a ligar-se ao regime de existência de uma dada classe etária. Seriam os casadoiros os mais propensos a mover-se. Claro que os dados não nos permitem saber se só eles o faziam. Mas apontam para uma especificidade de sua situação.⁷

O outro lado do processo era a pressão que o afluxo de imigrantes exercia sobre o mercado matrimonial no Rio de Janeiro, expulsando homens. Assim é que, dentre todos os nascidos na paróquia de São José que se casaram nesta mesma freguesia durante o período 1790-1844, a participação das mulheres oscilou entre 60 e 70%. Vale dizer que cerca de dois terços dos originários de São José que se casaram também aí eram do sexo feminino, ou então que de cada dois homens nascidos na paróquia e que sobreviviam até a idade de se casar, um deles tinha que buscar esposa em outra freguesia.⁸

Há indícios, contudo, de não ter sido apenas o mercado matrimonial o que levou homens solteiros a migrar. Todos os varões, fossem casados ou solteiros, eram marcados por tendência migratória. Estratégico para verificá-lo é observar que o número de filhos possuídos por habitantes da cidade e a tendência dos mesmos à posse de escravos com ocupações agrárias podiam caminhar lado a lado. Para verificá-lo, tomam-se aqui

⁷ Em Lima (1997a) estão reunidas evidências qualitativas a respeito da associação entre a movimentação e as experiências de uma classe etária específica, notadamente aquela que engloba os atores do sexo masculino com entre 20 e 30 anos de idade.

⁸ Cf. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. *Livro de Assentos de Matrimônios das Pessoas Livres - paróquia de São José, 1790-1844*. Isto caso se lembre de que a razão de masculinidade dos nascimentos tende a aproximar-se de cem.

inventários *post mortem* de 67 artesãos radicados na cidade do Rio de Janeiro, inventários estes abertos entre 1795 e 1864.⁹ Além disso, classificam-se estes 67 inventários de acordo com o intervalo transcorrido entre o momento em que tais artífices se estabeleceram autonomamente¹⁰ e seus falecimentos. Os artesãos que morreram entre um e vinte anos após seus estabelecimentos como artífices tinham em média 2,2 filhos. Já os que faleceram mais de 20 anos depois de se estabelecerem tinham em média 3,5 filhos. Dentre os 22 que morreram mais jovens, ou com menos filhos, apenas três tinham cativos com ocupações agrárias, perfazendo uma proporção de aproximadamente um em cada sete. Já entre os 45 que faleceram mais de vinte anos após se terem tornado artesãos independentes, 12 tinham negócios no campo, a julgar pelas ocupações de seus escravos, o que significa que mais de um em cada quatro transitava para o agro.

Mais significativo ainda é tornar a atentar para as chances de homens e mulheres nascidos em São José de casarem-se na própria paróquia, mas agora restringindo a observação àqueles provenientes de famílias distintas socialmente. Isto se faz observando a presença de títulos de distinção antepostos aos nomes deles mesmos, de seus pais e/ou de suas mães. No mesmo período de 1790-1844, 101 homens prestigiados nascidos em São José casaram-se nesta mesma freguesia; 183 mulheres da mesma extração social também o fizeram. Repete-se a situação de que, de cada dois homens, um não se casava na paróquia onde nascera. Mas aqui não se pode pensar em expulsão do mercado matrimonial pela chegada de imigrantes, pois se

⁹ Arquivo Nacional, Seção do Poder Judiciário. *Inventários post mortem, 1795-1864*.

¹⁰ Este momento foi estabelecido observando as licenças para a abertura de casas comerciais passadas pela Câmara da cidade e os exames corporativos, registrados pela mesma instituição. Ver a respeito Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Licenças para Casas Comerciaes, 1790-1812* e idem *Livros de Registros e Provisões do Senado da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, 1790-1817*.

trata de membros da elite da sociedade. Entrevê-se assim uma escolha, ou antes uma propensão à emigração.¹¹

Mais acima, foi apontado que o ambiente de proveniência dos imigrantes das Ilhas Atlânticas não era tão centrado no movimento quanto o descrito para Portugal Continental e a própria América Portuguesa. Mas isto não deve levar a aplicar sem restrições um modelo como o formulado para as grandes migrações ocorridas da segunda metade do século XIX em diante. Neste, pensa-se em famílias nucleares européias simplesmente transplantadas, normalmente com alguma interferência do Estado ou de agências de colonização, levando todos e cada um dos agregados familiares transferidos a romper laços, se não culturais, ao menos políticos, econômicos e familiares com a ambiência de origem.¹² Se bem isto possa ser pensado em relação a uma parte da emigração das Ilhas Atlânticas, parte esta administrada e promovida pelo Estado, não se aplica àqueles que aqui interessam particularmente. Refiro-me ao fato de que a historiografia a respeito da imigração a partir das Ilhas Atlânticas centrou-se na vinda subvencionada de imigrantes, no âmbito de projetos do Estado português voltados ao fomento agrário e à defesa.¹³

É preciso, entretanto, chamar a atenção também para processos migratórios descentralizados e não-direcionados pelo Estado Luso. Eles ocorreram um pouco por toda parte, em se tratando da América Portuguesa. Em relação ao Rio de Janeiro, pode-se dimensionar sua importância relativa através do fato

¹¹ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. *Livro de Assentos de Matrimônios das Pessoas Livres - paróquia de São José, 1790-1844*.

¹² Um exemplo precoce de processo migratório para o Brasil apto a ser descrito nestes termos foi o de suíços encaminhados a Nova Friburgo na capitania/província do Rio de Janeiro. Cf. Nicoulin, 1995. A própria migração açoriana e madeirense para o Brasil pode ter constituído um exemplo ainda mais precoce, embora aqui se mostre necessário diferenciar os movimentos administrados descritos por Piazza (1992) e os trânsitos descentralizados e espontâneos aos quais este artigo se refere.

¹³ Piazza (1992). Vejam-se também indicações de época presentes em "Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o Dezembargador Paulo Fernandes Viana". *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, t. LV, parte I, 1892, p. 378ss.

de se terem estabelecido locais nos arredores da cidade que efetivamente se identificavam pela presença de açorianos. Em 1813, por exemplo, Luccock referia-se a São Gonçalo, no recôncavo da baía da Guanabara, contando "cerca de duzentas casas, das quais a maior parte pertence a gente dos Açores ou descendentes deles que, embora residindo em seus sítios, para ali [isto é, para a "igreja velha e miserável" do local - CAML] vêm por ocasião das festas religiosas" (Luccock, 1975 [1820], p. 204). É importante a referência do viajante a sítios, pois se trata de um movimento migratório do tipo dos que defini como dados pela busca do estabelecimento autônomo no campo.

A cidade, no entanto, podia ser ponto de passagem deste mesmo movimento. Assim, uma paróquia como a de São José podia contar entre seus nubentes (somente primeiras uniões) com uma presença consistente de açorianos e madeirenses. Até o ponto em que se possa estimar a chegada de imigrantes por intermédio de sua presença relativa no mercado matrimonial, pode-se perceber, por intermédio dos assentos de casamento, que os provenientes das Ilhas desembarcavam na cidade do Rio de Janeiro com bastante regularidade, embora não pudessem comparar-se ao contingente dos imigrantes portugueses. De 1790 até meados da década de 1820, casavam-se anualmente pela primeira vez na paróquia de São José três ou quatro homens provenientes dos Açores ou da Madeira. A partir de então e até 1844, o ritmo se reduziu, de modo a poder-se esperar que dois homens provenientes das Ilhas se casassem anualmente na paróquia. Compuseram uma percentagem que variou de três a sete por cento de todos os homens que se casavam pela primeira vez na paróquia, entre 1790 e 1825. Deste ano até 1844, sua participação tendeu a reduzir-se para algo entre dois e três por cento. Menos que o volume, o que se deve ressaltar aqui é a continuidade da chegada de gente vinda das Ilhas.¹⁴ É de se

¹⁴ Há importantes reflexões na historiografia recente sobre a importância o ritmo da chegada de imigrantes, para além da presença de homens entre eles e da espécie de ligação que viriam a manter com o local de nascimento. Vejam-se, a partir de dois pontos de vista bastante diferentes, Eltis (1983) e Altman (1988). Esta última se refere à emigração da Espanha para a América no início da época moderna como fenômeno que não deve absolutamente ser

ressaltar que só estão incluídos neste cálculo homens, além do mais solteiros (e não viúvos) e que se casaram. A título de comparação, tenha-se em mente que os portugueses foram anualmente entre um quinto e um terço dos homens que se casaram pela primeira vez em São José entre 1790 e 1844 (Lima, 1997a, p. 422).

Além da continuidade do processo, é preciso atentar para o fato de terem mantido fortes ligações com o local de origem, circunstância expressa pelo próprio processo de migração. Este punha em jogo laços familiares, e de modo extremamente importante, entrevendo-se, assim, que uma dinâmica familiar definia a necessidade e a possibilidade do deslocamento. Ademais, as relações entre parentes continuavam tendo um papel após o trânsito para o Rio de Janeiro. Há dois lados nesse processo. Primeiramente, confirma-se, tanto para as Ilhas quanto para o ambiente da América Portuguesa, o entrelaçamento com a migração como dado constitutivo dos laços familiares. Em segundo lugar, fica corroborado o fato do ambiente colonial ter intensificado a propensão à movimentação que as relações familiares já de si traziam.

Se a própria conformação familiar parece ter sido, enquanto ainda nas Ilhas, montada em uma certa estabilidade do ponto de vista espacial, na hora mesma da migração, era a partir dela, família, que os trânsitos eram estabelecidos. Há indícios de boa qualidade no sentido de que a organização familiar fornecia os recursos para a transferência. Além disso, era ainda ela que definia as estratégias e os objetivos do movimento, sem contar que os laços que a conformavam se mantinham ativos durante e após a migração de membros.

Existe publicada no Brasil uma lista de passaportes passados a migrantes das Ilhas para a América Portuguesa durante o século XVIII e o início do século XIX (Belo, 1953). Não se pode

considerado marginal, independentemente do número dos migrantes, já que a intervenção de laços familiares, quer como o fator que impulsionava para o movimento, quer como elemento viabilizador de trânsitos tornados necessários por razões sócio-econômicas mais amplas, fazia com que profundas proximidades culturais e políticas fossem preservadas na relação entre regiões americanas e espanholas (p. 189).

estabelecer se ela é completa ou não. Mas é muito extensa e portanto apta a permitir capturar uma pluralidade de situações diferenciadas. Quanto ao que importa aqui, ela aponta para a intervenção, nos processos mesmos de transferência, de laços familiares. Duas ordens de fatores tornam pouco recomendável quantificar, não obstante as dimensões realmente amplas do levantamento. O primeiro vinha de a lista ser provavelmente incompleta. O segundo, da circunstância de os passaportes não terem tido necessariamente que informar a respeito dos laços pessoais que efetivamente intervinham no movimento. Além disso, mesmo quando os documentos deixam ver os laços pessoais e familiares, não é possível ter segurança quanto a que tenham sido completos em relação a isso. Fornecem, portanto, uma entrada nos níveis mínimos de intervenção da família nos processos migratórios, para além de terem de ser tratados de modo qualitativo. Em suma, permitem um inventário de possibilidades, o qual pode ensinar sobre os processos que interessam no contexto desta pesquisa. Indaga-se, então, a esta lista de passaportes, que tipo de laços intervinham na decisão de migrar, assim como que tipos de recurso - pensando especificamente em relações familiares significativas - eram mobilizados para estabelecer e implementar estratégias que passavam pela migração para a América Portuguesa. Seguem-se então uma lista de situações e alguns exemplos.

Aristocratas e Estado. Evidentemente, possui parte da verdade toda uma tradição historiográfica que indica a vinda da Corte para o Rio de Janeiro como momento em que intensificou-se a migração para a cidade de indivíduos de posicionamento social elevado. Para mencionar apenas um exemplo, Inácio Tadeu de Betencourt Vasconcelos e Lemos e Castilho Branco, fidalgo da Casa Real nascido em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) era filho legítimo do ex-governador do castelo de São João Batista, Vital de Betencourt Vasconcelos e Lemos Castilho Branco. Em 1809, transferiu-se da Ilha Terceira para o Rio de

Janeiro (Belo, 1953, p. 179).¹⁵ Mas este é um caso de movimentação muito fortemente ligado à lógica da vida aristocrática e às necessidades de implantação do Estado, do mesmo modo que outros presentes na série.

Irmãos do sexo masculino. Caso diferente foi aquele no qual, em 1787, José de Freitas de Aguiar e João Machado de Aguiar, naturais da Vila da Praia, Ilha Terceira, partiram para a cidade do Rio, "para juntar-se ao seu irmão Manoel Fernandes do Aguiar" (p. 168). Era uma seção importante de uma rede familiar aquilo que se reconstituía no Rio de Janeiro a partir de processos migratórios. Assim, entrevê-se ter sido possível que irmãos do sexo masculino mobilizassem estes mesmos laços fraternos para estabelecer a decisão de migrar, para definir destinos, assim como para estabelecer as estratégias de sobrevivência e de mobilidade nas quais a transferência estava destinada a inserir-se. Destaca-se assim uma primeira possibilidade de arranjo interveniente na migração.

José Soares Azevedo também migrou no sentido do Rio - só que do Porto Judeu, Ilha Terceira - "para junto de um irmão" (p. 173). Francisco Costa, por sua vez, transferiu-se da Ilha Terceira para o Rio a fim de "procurar amparo de irmão" (p. 190). O que parece estar embutido em "procurar amparo" e em ir "para junto" são estratégias de sobrevivência e mobilidade.

Germanos de sexo diferente. Caso também significativo a respeito de irmãos migrantes foi o de Elisa Josefa Correa e Francisca Antônia Correa, que em 1772 transferiram-se para o Rio de Janeiro, a partir da Ilha do Faial. Migraram "para junto de seu irmão José Correa" (p. 188). A variável gênero não deve ser estranha a uma tipologia de arranjos familiares presentes nos processos migratórios, do mesmo modo como ela obviamente não é em relação a esquemas de sucessão, ou a regras de residência. Ela aponta para estratégias de entrada da família no

¹⁵ Daqui para a frente, todas as referências a números de página dadas entre parênteses, no corpo do texto e sem indicação de fontes referem-se a esta obra de Belo.

mercado matrimonial. Mulheres tinham alguma possibilidade de hipergamia (Lima, 1997b).

Filhos e irmãos pioneiros, apontando para arranjos complexos. Mesmo um tanto fora da área circunscrita como objeto, tem-se o caso de Francisco Machado Leonardo, de 57 anos, nascido em Terra-Chã, Ilha Terceira. Em 1836, migrou com mulher e três filhos para Mangaratiba, "onde tem dois filhos bem estabelecidos, um por nome Domingos Machado, que é vigário e outro Manoel Machado Leonardo, que é negociante" (p. 209). João Bernardo Lopes também transferiu-se de Angra (Ilha Terceira) para o Rio de Janeiro, em 1814, "para junto de seus filhos Antônio Jacinto Lopes e Joaquim Guilherme Lemos Lopes" (p. 210). Em 1785, Manoel Aguiar de Almeida direcionava-se ao Rio de Janeiro, junto com seu filho, Manoel de Aguiar, para junto de um outro filho, José de Aguiar Almeida, que já se estabelcera na cidade (p. 168-9). Em 1789, Clara Antônia de São Caetano Alves, natural de Agualva (Ilha Terceira), que tinha três filhos homens já na cidade do Rio de Janeiro realizava coisa semelhante. Naquele ano, partiu para o Rio em companhia de sua filha, Maria Catarina (p. 169). Embora não se possa afirmar com certeza o tipo de arranjo domiciliar que seria implantado no Rio, é visível que solidariedades inscritas em laços de alguma amplitude - tratava-se de filhos adultos - eram passíveis de serem mobilizadas para a decisão e para o estabelecimento do trajeto migratório. É preciso sempre diferenciar duas situações aparentemente semelhantes: uma consistia na família nuclear, formada por pais e filhos menores; outra se consubstanciava em uma composição semelhante, mas incluía filhos adultos. A permanência de adultos junto a seus pais apontava para maior complexidade da vida domiciliar, ou seja, para um aferramento à manutenção de dimensões relativamente elevadas das unidades domésticas. O mesmo se aplica aos arranjos migratórios.¹⁶

Arranjos complexos. A conformação antológica - ainda que não muito contraditória (Laslett, 1972) - dos domicílios ex-

¹⁶ Manoel de Souza Franco migrou em 1803 da Ilha de São Miguel para Pernambuco. Na transferência, fez-se acompanhar de dois filhos "maiores de 40 anos" (p. 201, itálicos meus).

tenso, ou seja, o conjunto formado por *ego*, sua mulher, seus filhos, sua mãe e seu pai, pode ser encontrada. É o caso de Ricardo Vicente, "marítimo, [que migrou] com sua mulher Maria Rita da Conceição e sua mãe Ana de S. José (mulher de João Inácio da Rosa, ausente no Rio de Janeiro) e seu filho menor André, todos das Angústias (Ilha do Fayal), em 1819, ao Rio de Janeiro" (p. 253). O texto do passaporte não é muito claro, mas sugere que um conjunto de relações familiares análogo ao dos domicílios extensos se refazia através da migração de mulher e filho casado, por sua vez também com filhos, para a região para a qual se transferira antes o pai, conformando um arranjo em três gerações.

De resto, a relação entre irmãos no sentido da constituição de domicílios ou quase domicílios podia permanecer ou ser reconstituída até idades avançadas. Vide a respeito o caso de Antônio Vieira Borba, que em 1787 migrou da Ilha Terceira para o Rio de Janeiro a fim de reunir-se a seu irmão, Manoel Vieira de Borba. A questão é que Antônio transitou em companhia de filho, nora e dois netos menores (p. 176).

Arranjos extensos podem reconstituir-se, manter-se, ou então formar-se em função da migração. Significativo que, em tais casos, a migração de pais podia anteceder a de filhos. É o caso, por exemplo, de Joaquim Pereira de Lacerda e sua mulher, D. Emerenciana Dorotéia Brum da Silveira, que em 1772 migraram da Ilha do Faial para o Rio de Janeiro a fim de juntarem-se à mãe de Joaquim, D. Catarina Narcisa Proença, viúva (p. 192). Parece este também o caso de um arranjo bastante complexo: José Gonçalves Godinho, com "seu primo João da Rosa de Lemos, [migrou] em 1789, de Altares (Ilha Terceira) ao Rio de Janeiro, para junto de uns primos" (p. 203). Um número tão grande de primos devia formar uma rede bastante complexa. De fato, parece ter havido alguma tendência para domicílios de maiores dimensões entre os açorianos e madeirenses que se estabeleciam no Rio de Janeiro, caso se aceite a possibilidade de que as relações mobilizadas para a migração também interviessem no estabelecimento do convívio no ponto de chegada.

Também específico foi o arranjo migratório realizado em torno de José Duarte Gouveia. Em 1810, ele, que já era residente

no Rio de Janeiro, "mandou vir da Ilha do Fayal sua mãe Ana Joaquina, viúva" (p. 194).

São encontradiços também casos em que se estabeleciam, na migração, laços estreitos entre avós e netos. André de Souza dirigiu-se em 1786 da vila da Praia (Ilha Terceira) ao Rio de Janeiro. Ia "para junto de sua avó" (p. 244).

Complexificação de arranjos previamente extensivos. O esquema parental podia mesmo ampliar-se, sem perder ligação com o processo migratório. Foi o caso, por exemplo, de João Machado de Ávila, natural de Santa Bárbara, Ilha Terceira, que em 1788 migrou para o Rio de Janeiro acompanhado de sua mulher, seus três filhos menores e um cunhado. Significativamente, encaminhavam-se "para junto de um tio de sua mulher" (p. 171). Transparece aqui a amplitude, em termos parentais, das redes formadas. Mas se mostra igualmente a possibilidade, já entrevista por outros estudos (Nazzari, 1991), no sentido de que as migrações de homens os inserissem em esquemas de reprodução próprios às famílias de suas mulheres. As novidades aqui prendem-se a que os mesmos esquemas familiares de reprodução podiam migrar em conjunto. Por outro lado, o pai da noiva nem sempre se localizava no ápice do esquema. Tios podiam ter este papel, o que será melhor observado adiante. Também se nota que nem sempre o que ocupava o ápice do esquema - no caso, o tio da mulher - perdia tal posição para o marido migrante inserido na família pelo casamento e que o irmão da mulher do migrante podia permanecer junto ao esquema formado, sem que se saiba, no caso entrevistado, seu papel.

Caso de aliança igualmente ampla a transferir-se das Ilhas para o Rio foi o de Joaquim José de Souza. Em 1786, migrou da Ilha Terceira para o Rio acompanhado de sua mãe, sua mulher, uma cunhada e seis filhos, quatro do sexo masculino e dois do feminino (p. 245). Do mesmo modo, Vicente José e sua mulher, Clara Vitória de Jesus, assim como sua tia, Francisca Úrsula, migraram em 1770 da Vila da Praia (Ilha Terceira) para o Rio, "para a companhia de Miguel Correa" (p. 179).

Sogros e genros. Inserção no esquema de vida da família da mulher foi o caso, mais afim ao modelo formulado por Naz-

zari (1991), de Antônio José Betencourt, que em 1772 obteve passaporte da Ilha Terceira para o Rio de Janeiro, a fim de "juntar-se a seu sogro Salvador Pereira de Melo" (p. 174). A fonte cita outras situações deste tipo. Uma transita para o tipo de caso que será referido sob a rubrica trajetos pendulares. Em 1785, José Quadros dirigiu-se da Ilha de São Jorge ao Brasil com a finalidade de "arrecadar dinheiro do sogro capitão Manuel Gonçalves Peixoto" (p. 233). Trânsitos, então, ocorriam mobilizados exatamente pela proximidade estabelecida nesta relação entre sogros e genros, que, a partir da obra de Nazzari, deve ser considerada fundamental no ambiente do Império Luso.

Reconstituição de famílias nucleares pela migração - as "ausências". Por vezes, famílias nucleares refaziam-se através de movimentos migratórios. Foi o caso do alferes José de Auxiedade. Ele já estava no Rio de Janeiro, em 1770, quando mandou vir da Horta (Ilha do Fayal) sua mulher Antônia Francisca de Jesus (p. 170). Mais significativo ainda, posto que envolvendo prole relativamente numerosa, foi o caso de Antônia de Jesus Brum, que com três filhos e uma filha menores transferiu-se em 1789 de Angra do Heroísmo para o Rio de Janeiro, a fim de reunir-se a seu marido José Francisco Brum. Este esquema de migração - em que um chefe de família nuclear migra, estabelece-se e mais tarde, pelo menos é o que se espera, reúne a si o restante de sua família - era comum desde os primeiros anos da presença lusa no Brasil.¹⁷ No entanto, não se confundia com o modelo de migrações atlânticas maciças e patrocinadas. As "ausências" muitas vezes se prolongavam. Além disso, era marcado por uma fluidez (não se sabe se o início do movimento foi efetivamente marcado pela decisão de transferir-se definitivamente) que faz pensar mais em trajetos pendulares que em movimentos migratórios fortes e orientados. Isto leva a diferenciá-lo das migrações de famílias nucleares.

Tios e sobrinhos. Mobilizavam-se redes familiares que atravessavam o Oceano a fim de atingir colocações prestigiosas. Honório Machado de Andrade, filho natural de Simplicio Ho-

¹⁷ Para um resumo de bibliografia antiga a respeito disso, pode-se consultar Pierson, 1971.

nório Machado, já então morto, migrou em 1819 para o Rio de Janeiro "com assistência de seu curador o capitão João Silveira Machado". Tinha até então "se aplicado na Arte Náutica em que se acha pronto com destino a ir servir S. Magestade na Real Armada do Rio de Janeiro, aonde também serve seu tio paterno o capitão-tenente Teófilo Rogério Machado de Andrade" (p. 170). José Caetano de Andrade também se reuniu a tio que já estava no Rio, pois em 1787 partiu da Vila da Praia para aquela cidade, "para junto de seu tio Manoel Fernandes de Aguiar". Antônio José de Barcelos, natural de Biscoitos (Ilha Terceira), fez o mesmo ao migrar em 1772 para o Rio a fim de juntar-se a seu tio Manoel Machado Parreira (p. 173). Caso de relação intensa entre tio e sobrinhos, estes irmãos entre si, foi o de Manoel Borges de Andrade, saído em 1785 de Lagens (também na Ilha Terceira) "para junto de um tio e dois irmãos", sempre na cidade do Rio de Janeiro (p. 170). Podiam migrar domicílios de pequenas dimensões, mas que incluíssem esquemas de convívio que ultrapassavam o meramente nuclear. Em 1789, Simão de Borba transferiu-se da Terra Chã, Ilha Terceira, com sua mulher, um filho e uma sobrinha (p. 176).

Antes, igualmente, nos referíamos a tios sem poder saber sempre se maternos ou paternos. Um passaporte copiado por Belo, no entanto, nos indica que a relação entre um sujeito e seu tio materno podia estar muito valorizada na migração. Em 1833, Vitorino José Machado, natural de Altares (Ilha Terceira) e filho legítimo de André Machado Garrão e Maria Jacinta, migrou ao Rio, "para junto de um tio materno" (p. 213). Aparece também no fato de que Agostinho Correa Betencourt obteve em 1789 passaporte para transferir-se da Ilha Graciosa para o Rio de Janeiro, onde deveria ir "a chamado de seu tio Braz Diogo de Souza" (p. 174).

Idas e vindas podiam acontecer em articulação a essa relação especial entre tios e sobrinhos (Santos, 1994), como no caso seguinte:

"VITAL, João de Souza, de 58 anos, natural da Ilha do Fayal, em 1817, ao Rio de Janeiro; com sua mulher Esperança Clara, natural da mesma Ilha de 59 anos; sua sobrinha Ana Carmina,

de 23 anos, natural da mesma Ilha (mulher de José Martins, de quem tem licença); e sua sobrinha Mariana Cláudia, da mesma Ilha, 43 anos (filha do Joaquim Jacinto); o seu moleco Manoel, natural do Rio de Janeiro, de 9 anos, preto; a sua moleca Maria Rosa, 20 anos, natural de Angola” (Belo, 1953, p. 255).

Souza já estivera, aparentemente, no Rio, dada a naturalidade de seu “moleco”.

A relação entre tios e sobrinhos imersa em arranjos mais complexos. Já foram vistos casos desta espécie. Mas há outros, apontando para mais possibilidades. Úrsula Maria Borges migrou em 1789 para o Rio de Janeiro para junto de seu filho José Inácio Borges. Trazia consigo seu sobrinho Duarte, de 14 anos (p. 177). Em 1809, José Lopes migrou de Angra (Ilha Terceira) para o Rio, apesar de casado com Luiza Antônia. O fez “a procurar o amparo de seus tios Bernardo Mariano e Francisca Mariana” (p. 210). Se antes tratava-se de um tio recebendo vários sobrinhos, aqui são vistos vários tios mantendo relação de extrema proximidade em relação a um sobrinho adulto.

Em 1772, Manoel Rodrigues Bispo realizou travessia semelhante. Migrou da Ilha das Flores ao Rio de Janeiro com sua mulher Isabel Valadão e três filhos menores, a fim de juntar-se a seu tio Amaro Rodrigues (p. 176).

Redes pessoais através do Oceano e trajetos pendulares. Surpreende em todos estes percursos o grau em que se podiam monitorar através do Oceano informações sobre migrados anteriormente. O Império era realmente âmbito de contínuo e amplo movimento de informações e pessoas. Isso aparece com clareza na decisão de Francisco Antônio, tomada por volta de 1780, no sentido de migrar da Ilha das Flores para o Rio de Janeiro, a fim de procurar “amparo de um seu primo remediado de bens” (p. 170).

Observe-se agora uma rede ocupacional e familiar atravessando continentes no interior do Império: D. Joaquina Francisca Josefa de Arriaga,

“batizada na matriz de Horta (Ilha do Fayal) a 31-XI-1791, [era] filha, fora do matrimônio, de Miguel José de Arriaga, que foi ouvidor em Macau. Em 1811 [encaminhou-se] ao Rio de Janeiro

ro, onde se casaria com o bacharel Joaquim Gaspar de Almeida Cândido” (p. 171).

De outra parte, é comum afirmar-se que as migrações no mundo pré-industrial possuíam forte caráter temporário, ao menos subjetivamente (Altman, 1988; Lévi, 1990). Percebe-se caso neste sentido observando o passaporte de Luís de Freitas Borges, que em 1813 obteve autorização para encaminhar-se do Porto Judeu (Ilha Terceira) ao Rio de Janeiro, “por dois anos” (p. 177). Ou então o de Francisco Xavier Cardoso, encaminhado em 1787 da Ilha Terceira ao Rio de Janeiro “por uma herança” (p. 182). Uma história familiar de idas e vindas entre regiões do Brasil e das Ilhas. Algo semelhante pode ser percebido no caso de Manoel Machado Coelho, que se encaminhou em 1771 da Ilha Terceira ao Rio de Janeiro, a fim de receber a herança de seu avô, Jacinto Coelho (p. 186). Tudo é mais visível ainda no caso de Antônio Francisco, que, em 1789, deslocou-se a Angra do Rio de Janeiro “à cobrança” (p. 200).

O modelo dos “homens que se põem a caminho”, formulado para as migrações de massa do século XIX, supõe um caminho muitas vezes único. Supõe um esquema de pequena comunidade de onde quase nunca se saíra para, em conjunto e em articulação com movimento amplo e direcionado por agências estatais ou particulares, atingir um ponto de destino do qual se espera nunca mais sair, pelo menos não para longe. Observe-se, entretanto, o fragmento de genealogia seguinte:

“Antônio Curry da Câmara Cabral nasceu a 5-XI-1788, no Fayal, segundo filho de José Felipe Ferreira Cabral e (casados a 24-XII-1786) Isabel Feliciano Gertrudes Curry. Em 1807, [transferiu-se] da Ilha do Fayal ao Rio de Janeiro. Era neto paterno de João Rodrigues dos Santos e de sua mulher Maria Ferreira da Anunciação Cabral da Câmara, naturais de Guarapiranga, cidade de Mariana (Minas Gerais); neto materno de Antonio Dias dos Santos, natural de Santa Maria das Covas, comarca de Chaves [Portugal continental] e Helena Tomasia Francisca; esta filha de Andrew Curry [inglês?] e de Julia Curry, que no princípio do século XVIII, se estabeleceram em São Miguel, fixando residência depois no Fayal (...)” (p. 179-80; itálicos meus).

Essa, possivelmente, era uma família abastada. Mas podem ser encontrados casos semelhantes, mas referentes a sujeitos pauperizados. Assentos de matrimônio fornecem informação nesse sentido, embora indiretamente. Refiro-me a dois irmãos que se casaram em dois momentos diferentes na paróquia de São José do Rio de Janeiro (a filiação informa que eram irmãos). O primeiro, Antônio Dias Ferreira, nascido no Arcebispado de Braga (Norte de Portugal), uniu-se em 1792 à parda forra Isabel Francisca. O segundo, José Antônio Dias, casou-se em 1822 com Feliciano Maria Ferreira, cujos pais eram designados como crioulos forros. Os pais dos dois irmãos já haviam migrado em trajetos consideráveis antes que estes últimos fossem para o Rio de Janeiro, a julgar pelos locais de nascimento de ambos. Entretanto, devia tratar-se de agregado familiar de poucas posses, já que os dois casaram-se com mulheres com passado escravo muito próximo. Uma delas era liberta. A outra, filha de libertos. Em se tratando de sociedade estratificada segundo ascendência (aristocrática ou não), riqueza, condição jurídica e cor atribuída, o caso faz pensar em família pobre, apesar de fortemente propensa a movimentar-se geograficamente.

Como último exemplo desse tipo, cite-se o de José da Fonseca, que em 1789 dirigiu-se de Angra ao Rio para, "por ordem de seu pai Antônio da Fonseca Carvão, tratar de negócios com seu tio José Joaquim de Noronha" (p. 184). O caso lembra a ubiqüidade da importância atribuída à relação entre tio e sobrinho, no caso bastante claramente articulada à formação de redes que atravessavam o Oceano.

Cunhados. Maria Joaquina Ávila foi também um dos protagonistas de um procedimento que incluía migração e relação entre cunhados. Em 1788, migrou de Angra (Ilha Terceira) para o Rio de Janeiro, a fim de juntar-se a seu marido, Pedro José. Nisso se fez acompanhar por duas filhas, um cunhado e uma cunhada (p. 172). Pedro José, provavelmente, e anteriormente ao momento em foco, migrara sozinho e deixara na Ilha um domicílio formado por sua família nuclear e seus irmãos.

Mas houve também casos de sentido inverso, em que um núcleo originário - isto é, vigente no local do qual se migra - formado por parentes de uma mulher que se agregam em

torno do marido desta última, orientava a movimentação geográfica. Em 1811, Manoel Inácio Betencourt migrou da Ilha do Faial para o Rio de Janeiro em companhia de sua mulher e seus dois filhos menores. Mas vieram igualmente sua sogra e quatro filhas maiores desta última (p. 175).

Relações de coabitação sem parentesco mantidas na migração. Laços exteriores à família e ao parentesco podiam ser mantidos na travessia do Oceano. Maria Tereza de Jesus migrou em 1811 da Ilha do Faial para o Rio de Janeiro acompanhada de um afilhado e um casal de escravos, tendo este duas filhas (p. 173). João Antônio de Azevedo, por outro lado, transitou ao Rio em 1812, "com um rapaz de oito anos" (p. 172).

Criados, ou fâmulos, acompanhavam seus amos na migração. Caso de Gonçalves José Pereira, criado de Teodoro José Biancardi e migrado com ele em 1812 (p. 176). Ou então o de Isabel Joaquina e Manoel Lopes, ambos "fâmulos" de Inácio Pedro Borges e família, imigrados da Ilha Terceira juntamente com a mesma (p. 177). Dona Vicência Mariana Canto, que migrou em 1820 da Ilha Terceira para o Rio, trouxe consigo, além de seu pai e dois filhos, seu criado, Simão Machado (p. 182). De modo igual, Manoel José Ferreira teve de seguir Francisco Manoel Paes de Sande de Castro na migração deste para o Rio de Janeiro, a partir da Ilha Terceira, à medida que era seu criado (p. 185).

Parentesco espiritual. Em um contexto como o descrito, em que relações de parentesco as mais variadas influíam nas solidariedades relacionadas ao processo migratório, é de se suspeitar que o parentesco espiritual também se apresentasse como viabilizador da migração. Veja-se a respeito o caso de José Francisco Terra, que migrou em 1771 da Ilha do Faial para o Rio de Janeiro. Fazia-se acompanhar de sua mulher e de três filhas. Vinha, segundo declarou, "para companhia do seu compadre Manoel dos Santos Pinheiro, casado com Quitéria de Jesus" (p. 248).

Isolados. No conjunto, relações familiares e parentais, nas Ilhas e no Brasil, perpassavam de todos os lados o processo migratório. Considerando a listagem elaborada por Belo, pode-se verificar a participação daqueles que, no processo de migração

(ou seja, na concessão do passaporte), não mencionaram nenhum parente sequer, nem nas Ilhas, nem no Rio de Janeiro. Claro, note-se, que a ausência de menção não indica necessariamente ausência do parente. Essas precauções já foram mencionadas. Segue-se delas que a quantificação ligeira que se segue é apenas indicativa, sem a pretensão de estabelecer medidas normais ou típicas.

A lista de Belo indica, para o período 1750-1769, 19 imigrantes das Ilhas, com destino ao Rio de Janeiro. Destes, sete não declararam transferir-se com parentes ou outras pessoas, nem indicaram virem a ser recebidos por alguém no Rio de Janeiro. Para 1770-1779, Belo fornece transcrições dos passaportes de 337 pessoas, dentre as quais apenas 59 (ou 17,5%) não referiram parentes. Para 1780-1789, a participação dos migrantes isolados foi apenas ligeiramente maior. Dos 746 imigrantes da década, 143 - ou 19,2% - transferiram-se isoladamente. Já quanto ao período 1790-1809, dentre 91 imigrantes, 21 eram isolados.

Atente-se agora para os que imigraram isoladamente, mas anunciando que tinham contatos no ponto de chegada. Dos 19 imigrantes referidos na lista de Belo para o período 1750-1769, seis disseram ser isolados com parentes no Rio de Janeiro. Quanto aos 337 incluídos como imigrantes de 1770-1779, 35 (ou 10,4%) vieram isolados, mas afirmaram ter parentes no local de destino. A percentagem é menor que a dos migrantes isolados sem parentes no Rio. Menor também frente à dos isolados sem parentes, a porcentagem dos isolados com parentes no Rio de Janeiro migrados entre 1780 e 1789. Eles foram 128, ou 17,2% do total de 746 transferido no período. Já no interior dos 91 imigrados entre 1790 e 1809, nove deslocaram-se isolados, mas indicaram parentes residentes no Rio.

Assim, dentre os 746 imigrantes para o Rio de Janeiro provenientes das Ilhas assinalados por Belo para a década estendida entre 1780 e 1789, 603 transferiram-se acompanhados de familiares, segundo os arranjos qualificados acima. Isto mostra bastante bem o grau em que família e migração se achavam articulados. Caso se lhes acrescentem os imigrantes da mesma década que transferiram-se isoladamente, mas que contavam com apoios familiares na região de destino, temos que quatro

quintos (82,3%) dos migrantes apoiavam-se em esquemas familiares. Mas não se deve confundir os arranjos familiares aqui referidos com o centramento das migrações nas famílias nucleares, próprio de períodos mais avançados do século XIX. As possibilidades eram muito mais amplas que isso, embora não se possa por enquanto ir além do inventário das mesmas.

De outra parte, o fato de que havia proporção consistente de imigrantes isolados não elimina a percepção da articulação entre migração e família. Nas situações em que o migrante declarava um parente no passaporte, muitas vezes mencionava algum que parecia ter estado isoladamente no Rio, antes da vinda daquele cujo passaporte se acha transcrito. Ou seja, os isolados preparavam-se, provavelmente, para receber parentes em momento posterior. Ainda assim, sua presença faz permanecer de pé as noções de que havia provisoriamente - ao menos enquanto intenção - no processo migratório, de que estes moviam fortes contingentes de solteiros, de que os contatos com a região de origem prosseguiram e, sobretudo, de que migração e família eram quase indissociáveis.

Migração de famílias nucleares. O que efetivamente discrepava da configuração que enfatizei até aqui era a migração de famílias nucleares sem acompanhantes com outros graus de parentesco, ou sem grau de parentesco, ou ainda sem que se manifestasse no passaporte o fato de se contar com a presença de pessoas já instaladas na América Portuguesa, pessoas estas aptas a constituir apoio para a transferência. Assim, vale a pena estabelecer, mesmo na amostra imperfeita (embora grande) manejada neste trabalho, a incidência deste tipo de migração.

Dos 19 imigrantes relatados para o período 1750-1769, nenhum moveu-se lançando mão do arranjo de tipo nuclear. Entre 1770 e 1779, dentre os 337 imigrantes açorianos, havia 23 famílias nucleares, abarcando 97 pessoas (28,8% do total). Para o intervalo 1780-1789, foram 52 as famílias nucleares, congregando 231 pessoas (31% do total de 746 imigrantes). Por fim, durante o período 1790-1809, dentre os 91 imigrantes açorianos,

onze vieram integrados em tão somente duas famílias nucleares.¹⁸

Este inventário de possibilidades não pode ser usado para estabelecer situações típicas. Antes, o que interessa é exatamente a proliferação de modalidades de laços pessoais a interferir no processo de migração. A multiplicidade indica que redes de muito grande amplitude podiam ser mobilizadas para o estabelecimento de estratégias. Isto ensina que laços familiares e parentais eram dotados de flexibilidade suficiente não só para resistir aos movimentos, como também para viabilizá-los. Além do mais, os casos sugerem com força uma terceira possibilidade: a de que as migrações no interior do Império Luso fossem garantidas, em muitos casos, da própria reprodução das relações familiares e entre parentes. Isto fica indicado pela complexidade dos arranjos migratórios, aliada à natureza pendular de muitos trânsitos, bem como à intervenção, nos trajetos, de relações especiais como aquelas entre tios e sobrinhos e entre sogros e genros. Se, conforme propõe a historiografia (Nazzari, 1991; Altman, 1988; Lima, 1997a; Osswald, 1990; Ramos, 1993), laços familiares estiveram envolvidos em estratégias de sobrevivência, de reprodução de posições sociais e de mobilidade, e se eles se mantinham na migração, ao mesmo tempo que a viabilizavam, cabe então propor que aqueles mesmos laços podiam reproduzir-se em função da movimentação geográfica de pessoas que os partilhavam.

Os dados e análises aqui encaminhados indicam questões centrais em relação à cidade do Rio de Janeiro e à América

¹⁸ A título de comparação, tenha-se em mente que, segundo os registros paroquiais compulsados por Queiroz (1987, p. 86-7), aproximadamente dois terços dos imigrantes açorianos que se deslocaram de Santa Catarina para a vila do Rio Grande entre 1750 e 1763 consistiam no que a autora denomina "pessoas de casais". Somente cerca de um terço eram adultos desgarrados daquele tipo de conformação. Vide igualmente, uma "taboa dos cazais e pessoas q. por ordem de S. Magestade se alistarão nestas Ilhas no anno de 1747" para direcionarem-se a Santa Catarina (Piazza, 1992, p. 111). No total de 7.817 pessoas, 6.778 (87%) eram "pessoas de cazais", ao passo que apenas os restantes 13% eram "pessoas solteiras". Estes números contrastam fortemente com aqueles que atribuímos à migração açoriana para o Rio de Janeiro.

Portuguesa de modo geral. Primeiramente, permitem reavaliar o lugar dos processos migratórios, incluindo aí a imigração portuguesa, na estruturação da sociedade brasileira. Não obstante ter mobilizado contingentes limitados quantitativamente, esta última corrente migratória teve constância e persistência suficientes para produzir impacto marcante na conformação das relações sociais. Entre outros elementos, ressalta uma tendência evidente a que processos de mobilidade social ascendente estivessem em jogo, sobretudo no tocante à capacidade das mulheres para efetivarem casamentos socialmente ascendentes (Lima, 1997b). Em segundo lugar, permitem reavaliar o problema das relações entre campo e cidade no Brasil escravista, sobretudo no sentido de que os limites entre ambos devem ser entendidos como extremamente fluidos. Em terceiro lugar, indicam uma sociedade fortemente marcada pela busca do estabelecimento autônomo, no que parte insuspeitada de seus membros tinha sucesso. De outro modo, não se compreenderia o fato de se achar atraída para a configuração brasileira uma corrente de todo não desprezível de imigrantes portugueses. Por fim, é uma imagem de fluidez do conjunto das interações que deve ser retida, por oposição a uma concepção de rigidez das relações, dos posicionamentos (sociais e geográficos) e dos assentamentos.

Referências Bibliográficas

- ALTMAN, Ida. 1988. "Emigrants and society: an approach to the background of Colonial Spanish America". *Comparative studies in society and history*, vol. 30, nº 1.
- BELO, Raimundo. 1953. "Emigração açoriana para o Brasil". *Revista genealógica latina*, nº 5.
- BERKNER, Lutz K. 1972. "The Stem Family and the developmental cycle of the peasant household: an Eighteenth-Century Austrian Example". *The American historical review*, vol. 77, nº 2.
- BOSERUP, Ester. 1987. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC/Polis.
- BOXER, Charles. 1973. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- BRETTELL, Caroline. 1988. "Emigration and household structure in a Portuguese parish, 1850-1920". *Journal of family history*, vol. 13, n° 1.
- CASTRO, Hebe de. 1995. *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- CHACON JIMENEZ & HURTADO MARTINEZ & RODRIGUEZ SOLER & SANCHO ALGUAZIL & VIMAL GOMEZ. 1986. "Contribution a l'Histoire de la famille dans les Pays de la Mediterranee Occidentale, 1750-1850". *Annales de demographie historique*.
- DOUGLASS, W. 1988. "Iberian Family History". *Journal of family history*, 13 (1).
- ELTIS, David. 1983. "Free and coerced transatlantic migrations: some comparisons". *The american historical review*, vol. 88, n° 2.
- FARIA, Sheila de Castro. 1994. *A Colônia em movimento*. Niterói: ICHF/UFF (tese de doutoramento).
- FLORENTINO, Manolo. 1997. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FRAGOSO, João L. R. 1986. "A roça e as propostas de modernização da agricultura fluminense no século XIX". *Revista Brasileira de História*, 6 (12).
- FRAGOSO, João L. 1992. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- FRAGOSO, João L. R. & FLORENTINO, Manolo G. 1993. *O Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- GALENSON, David. 1981. *White servitude in Colonial America*. Cambridge: Cambridge U. P.
- ITURRA, Raúl. 1989. "La reproduction hors mariage: l'exemple d'un village portugais (1862-1983)". *Études rurales*, 113-4.
- KULA, Witold. S. d. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença.
- LASLETT, Peter e outros. 1972. *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LÉVI, Giovanni. 1990. "Carrières d'artisans et marché du travail à Turin (XVIIe-XIXe siècles)". *Annales ESC*, n° 6, novembro-dezembro.
- LIMA, Carlos A. M. 1997a. *Pequenos patriarcas*. Pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ (tese de doutoramento).
- _____. 1997b. "Entre duas estratégias patriarcais: casamentos de libertos na cidade do Rio de Janeiro (1803-1834)". *Cativeiro & Liberdade*, Ano II, n° 5.
- LIVI-BACCI, M. 1971. *A century of portuguese fertility*. Princeton U. P.

- LUCCOCK, John. 1975 [1820]. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.
- NAZZARI, Muriel. 1991. *Disappearance of dowry*. Women, families, and social change in São Paulo, Brazil, 1600-1900. Stanford: Stanford U. P.
- NICOULIN, Martin. 1995. *A gênese de Nova Friburgo*. Emigração e colonização suíça no Brasil, 1817-1827. Rio de Janeiro/Nova Friburgo: Fundação Biblioteca Nacional/Prefeitura Municipal.
- OSSWALD, Helena. 1990. "Dowry, norms, and household formation: a case study from North Portugal". *Journal of family history*, vol. 15, nº 2.
- PIERSON, Donald. 1971. *Branços e pretos na Bahia*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PIAZZA, Walter. 1992. *A epopéia açórico-madeirense, 1747-1756*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. 1987. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG.
- RAMOS, Donald. 1993. "From Minho to Minas: The portuguese roots of the mineiro family". *Hispanic America Historical Review*, 73 (4).
- ROWLAND, Robert. 1989. "Sistemas matrimoniais na Península Ibérica: uma perspectiva regional". *Estudos econômicos*, vol. 19, nº 3.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. 1982. *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. Londres: The Macmillan Press.
- SALVADOR, José Gonçalves. 1981. *Os magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- SANTOS, Eugênio dos. 1994. "Relações da cidade e região do porto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais no séc. XVIII". In: *I Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal - Anais*. Belo Horizonte: PUC/MG.
- SERRÃO, Joel. 1982. *A emigração portuguesa*. 4ª ed., Lisboa: Horizonte.
- VILAR, Pierre. 1982. *La Catalogne dans l'Espagne Moderne*. Paris: Le Sycomore/EHESS.
- WILLEMS, Emílio. 1962. "On portuguese family structure". *International journal of comparative sociology*, vol. III, nº 1.